
**PERFIL HÍBRIDO DE JOAQUIM NABUCO:
AUTOR COSMOPOLITA E NATIVISTA
NO OITOCENTOS BRASILEIRO**

Joaquim Nabuco's Hybrid Profile:
Cosmopolitan and Nativist Author
in Brazilian Nineteenth Century.

Éverton Barbosa Correia¹

RESUMO: Intenta-se demonstrar ao longo do artigo certo perfil de Joaquim Nabuco como autor literário no Oitocentos brasileiro, a um só tempo nativista e cosmopolita, histórico e social, com a ilustração de suas insurgências pelos gêneros híbridos – carta, discurso político, memória e biografia. Se a temática de seus escritos aponta para problemas vividos na sua época, a forma de sua prosa, notadamente o seu fraseado, indica uma *persona* literária que se produz na escritura dos libelos que pretendiam interferir na ordem dos acontecimentos. Tal intenção revela uma característica da época que só estaria acessível a quem se dispusesse a perceber o valor de representação literária através da inscrição social do autor, que podia circular pelas mais variadas ambiências.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira; Gêneros híbridos; Memória; Joaquim Nabuco.

ABSTRACT: It is intended to demonstrate throughout the article a profile of Joaquim Nabuco as literary author in Brazilian nineteenth century, simultaneously cosmopolitan and nativist, historic and social, with the illustration of his insurgencies in hybrid genres – letters, political speech, memory and biography. If the theme of his writings points to problems experienced in his day, the form of his prose, notably his phrasing, indicates a literary *persona* which is produced on the writing of the libels that were intended to interfere with the order of events. Such intention reveals a characteristic of the time that would be accessible only to those who had realized the value of literary representation through the social inscription of the author, who could circulate through the most varied ambiances.

KEYWORDS: Brazilian literature; Hybrid genres; Memory; Joaquim Nabuco.

Com a sobrecarga de informações do mundo digital e sua compulsiva relativização, não seria de estranhar que nalgum periódico se estampasse a notícia de que Joaquim Nabuco teria sido um autor cosmopolita e, em contrapartida, o mesmo veículo contradissesse logo em seguida a informação,

¹ Doutor em Letras, Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH/USP. Professor de Literatura Brasileira no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CNPq).

dizendo exatamente o seu contrário, consignando-lhe um caráter localista, haja vista sua incontestável vinculação a causas nacionais. Não fosse uma característica de seu perfil de autor, poderíamos talvez arriscar uma sentença: eis aí uma mania discursiva própria do nosso tempo - dizer e contradizer pouco depois a mesma coisa. Tendo sido quem foi o escritor em foco, algo diverso se desenha diante de nós quando a informação a seu respeito acumula tal ambiguidade, ainda que seja ao longo do mesmo pronunciamento e este será o recorte do sujeito Joaquim Nabuco que se esboça aqui – a um só tempo cosmopolita e nativista –, mesmo que se considerem as marcas do seu tempo ou o distintivo da classe a que pertencia. Nascido em meados do século XIX numa família abastada, emoldurada de títulos nobiliárquicos, senadores e ministros do império, atravessar o atlântico para ele haveria de fazer parte de sua educação sentimental, mas também dos desígnios políticos com que teria de se haver. Parece menos adequado e evidente reclamar desse mesmo perfil o que aí existe de traço brasileiro, sobretudo porque a própria definição de Brasil ainda era um enigma a ser desvendado à sua época, escravista e monarquista. Para confundir ainda mais a visualização do quadro que oferece uma imagem ainda embaçada e um tanto opaca, era ele abolicionista e também monarquista, o que hoje pode soar algo contraditório, mas não à sua época, ao menos não para o filho do ministro Nabuco de Araújo.

Noutras circunstâncias, o vocábulo “regionalismo” poderia substituir o “localismo”, mas para inscrever um índice do tempo e não atribuir características extemporâneas a um sujeito do Oitocentos – quando ainda não se dispunha da divisão regional do país, só consolidada no século XX –, é preciso fazer referência à distinção dos termos e, por isso, não utilizaremos nem o termo “regionalismo” nem o “localismo” para identificar a produção nabuquiana, e sim o nativismo que lhe parece mais adequado. Acontece que tal distinção não se aplica rigorosamente a Joaquim Nabuco que foi um dos primeiros a utilizar a palavra “Nordeste” em língua portuguesa, para especificar uma extensão geográfica no território brasileiro, cujos atributos culturais estavam atrelados à civilização do açúcar. Não por acaso, Gilberto Freyre viria privar de simpatia incontestável pelo abolicionista, convertendo-lhe em personagem de seus dois romances – *Dona Sinhá e o filho do padre* (1964) e *Outro amor de Dr. Paulo* (1977) –, além de ter criado a *Fundação Joaquim Nabuco*, quando de sua deputação na câmara federal. Não deve ter sido casuística a escolha de Joaquim Nabuco para nomear a instituição encarregada de arquivar e preservar os registros da cultura canavieira, uma vez Gilberto Freyre intentava descrever justamente o processo de colonização do patriarcado açucareiro como índice da civilização brasileira na sua trilogia: *Casa-grande e senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Ordem e progresso* (1959). Também por isso, o vocábulo “nativismo” e suas derivações apontam para o perfil híbrido de Joaquim Nabuco, que também é

cosmopolita mas de um cosmopolitismo todo sinuoso, sendo o escritor de uma dada época e de uma classe determinada. E sendo insofismavelmente de uma época, traz consigo marcas que se estendem para o século seguinte como traços regionais, que se consolidaram a derrocada daquele universo, que ele ainda encontrou vivo e pulsante economicamente. Feita a advertência dos contornos que envolvem o seu nome, cumpre que se pergunte o que há de nativo no perfil abolicionista que ia arregimentar correligionários na *Anti-slavery society*.

O nativismo aventado e requerido pode ser verificado pelo cotejo dos escritos de Joaquim Nabuco entre si, que indicam uma prática de escrita peculiar, que não se conforma a gêneros definidos, mas se estende em gêneros híbridos, quer nos refiramos a discursos políticos, cartas, diários, biografias, artigos de jornais ou memórias. De acordo com o raciocínio, produzir tais escritos, sem a pretensão classificatória dos positivistas, viria a ser uma marca distintiva dos intelectuais da época e, por sua vez, adquiriria um cheiro de brasilidade. Brasilidade, bem entendida, da classe que podia escrever no Brasil daquelas alturas e, ainda assim, contar com a possibilidade de publicação que, às vezes, se efetivava. Pois, sendo Joaquim Nabuco um autor que investiu em várias frentes, só ocasionalmente ele se debruçou sobre aqueles gêneros que o século XX consagrou como os mais convencionais, a saber, a poesia, o teatro, o romance e a crítica literária. E mesmo quando se insurgia nalgum desses gêneros, sempre o fazia com a mão de pensador social cuja visada se voltava mais para a representação exterior do que para a expressão individual. Então, não estamos diante de um autor cuja produção é facilmente atrelada à literatura na historiografia contemporânea e daí advém o fato de ter se convertido ele mais em objeto da história e de história política, do que propriamente em autor literário (CORREIA, 2014, p. 165-175), até porque sua narrativa não é preponderantemente ficcional, ao invés, é animada por forte substância histórica. E mesmo quando produz crítica literária, sua intenção é a de projetar a língua portuguesa noutras paragens através de Luiz Vaz de Camões (CARVALHO, 2012, p. 91-101); e a sua poesia vai funcionar desde muito cedo mais como um laboratório expressional que deveria servir a um bem maior, do que como revelação do seu sujeito, ao que já estava determinado desde sua mocidade, tal como identificamos em carta endereçada a seu crítico de primeira hora, que foi Machado de Assis.

Meu caro senhor,

Tenho em vista *O Diário* de ontem, na crônica – “Ao acaso” deparo com algumas linhas a meu respeito, caídas de sua pena; li e reli o que sobre mim escreveu, e depois de meditar sobre

estas linhas decidi-me aventar sobre elas duas considerações que se seguem:

Não sou poeta; as minhas toscas composições, escritas nas horas vagas, ainda não pretendem a tanto; o título pomposo de – poeta – que, por extrema bondade, e complacência, dignou-se-me aplicar, poderia, esmagando a minha nula valia, encher-me de um orgulho sem fundamento, que me elevasse acima do que realmente sou, se porventura não tivesse a indestrutível convicção de que ele verdadeiramente me não pertence, e de que me foi aplicado por um poeta, que, talvez por simpatia ou por outro qualquer motivo, desejando estender-me a sua mão de apoio e de animação, me deu títulos superiores às qualidades que realmente não possuo.

[...] de mais, cabe dizer-lho: de uma certa idade em diante pretendo me não mais aplicar à poesia; nesta idade em que minha inteligência ainda não pode discutir sobre o positivo e o exato, deixo que a pena corra sobre o papel, e que minha acanhada imaginação se expanda nas linhas, que ela compõe; mas, quando as minhas faculdades concentradas pelo estudo e pela meditação se puderem aplicar ao positivo, e ao exato, deixarei de queimar incenso às musas do Parnaso, para me ir alistar na fileira dos mais medíocres apóstolos do positivismo, e das ciências exatas; [...] É por isso que por ora dou asas à minha imaginação; mas um dia virá, e este dia talvez esteja perto, no qual me desligue completamente desse mundo de visionários, para ir tomar parte no grêmio daqueles que, mais chegados às realidades da vida, consideram este mundo como ele realmente é. São estas as duas considerações, que por ora julguei dever fazer às linhas a meu respeito. (ASSIS & NABUCO, 2003, p. 89-90)

A missiva impressiona tanto mais quanto considerarmos que seu autor é aluno do colégio Pedro II e está no alto de seus 15 (quinze) anos, ao passo que o crítico – aquele que viria a ser o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), sob o secretariado do ocasional incipiente poeta – era amigo de seu irmão, Sizenando Nabuco e frequentava a casa de José Thomaz Nabuco de Araújo, o estadista do império biografado pelo filho Joaquim. O ambiente familiar ao redor do fato literário que a carta encerra não poderia turvar a imagem do seu autor pelo simples fato de que o futuro depôs a seu favor, na medida em que rejeitou o título de visconde oferecido pelo imperador e repeliu uma promissora carreira na magistratura já sedimentada pelo pai, que em diversos gabinetes do império foi ministro da

justiça. Da carta acima, embora pareça bravata juvenil, a única promessa não realizada foi a de servir ao positivismo – que estava na moda à época da sua redação –, do qual se transformou no mais ácido crítico, posto que enxergasse nos republicanos o germe do equívoco que estava se sedimentando como verdade indiscutível. Verdade esta a qual Joaquim Nabuco se prestou a discutir o quanto pôde, sempre atentando para as insidiosas e ilusórias reivindicações dos republicanos que eram, em sua maioria, militares e positivistas, à exceção talvez de um Rui Barbosa. O caso de Joaquim Nabuco se faz especioso, porque se oferece como um exemplo no qual a família não suplanta o indivíduo, o que é verdadeiro caso de exceção no Brasil oitocentista. De uma maneira ou de outra, seu percurso intelectual está crivado pelo retorno ao Recife já depois de adulto, o que foi registrado em suas memórias e também está impresso na campanha para deputado posterior ao falecimento do pai. Detenhamo-nos, por ora, nas palavras do candidato dirigidas aos artistas locais.

Artistas pernambucanos,

Eu não podia deixar encerrar-se a campanha eleitoral neste distrito sem dirigir-me especialmente a vós, que, não pelo que sois, mas pelo que devíeis ser e estás destinado a ser, representais a principal força política moderna, a soberania do trabalho. [...] Eu vejo que os candidatos contrários recomendam-se quase sempre ao comércio e à lavoura, como se neste país quem não tem negócio ou não possui *terras* não merecesse em eleições a honra de ser mesmo lembrado. [...] Pois bem, eu se pudesse, do eleitorado todo, invocar o auxílio de uma só classe e identificar-me com ela, não o faria com o comércio e a lavoura, poderosos pela sua riqueza e sua clientela, nem com os funcionários públicos, formidáveis pelo número, nem com os proprietários e os profissionais; fá-lo-ia com a mais insignificante de todas as parcelas do eleitorado – com os operários que vivem do seu trabalho de cada dia.

Eu sei bem que vós não pesais pelo número, e não influís pela fortuna, e além disso estás desarmados por falta de organização; mas como na frase revolucionária [...], podeis desde já dizer: “O que é o operário? Nada. O que ele virá a ser? Tudo. (NABUCO, 2010, p. 137-138)

Afora o fato de o escrito para ser lido em público trazer uma marca do tempo, se considerarmos que, a despeito dos 13 anos que separam a carta a Machado de Assis da sua campanha para deputado, a compreensão de poesia em Joaquim Nabuco se limita com sua compreensão de arte, qual seja, a de

uma produção manufatureira a serviço do bem comum. Aí talvez nos aproximemos de uma adjetivação mais precisa das motivações que impulsionaram a sua prática política e a sua prática literária. O interesse sobre seu discurso se aguçava quando o percebemos não só envolto da aura revolucionária de que se embebia o Teatro Santa Isabel, mas também pelo fato de se voltar para aquele público com o qual ele se identificava, já que tinha despendido tanto tempo nas lides artísticas e lhes reputava um caráter proletário, portanto, frontalmente contrário à prática escravista, que estava em vigor no reinado de Pedro II. Ademais, ao falar contra a escravidão, não falava necessariamente contra o império, pois reconhecia a necessidade de se manter a monarquia parlamentarista, sem a qual o país poderia cair na obscuridade, como de fato ocorreu por ocasião do golpe republicano. O curioso é que os princípios que o animavam não estavam circunscritos ao âmbito da nacionalidade, muito embora fossem oriundos de sua experiência no torrão natal, fosse como experiência sensível ou política.

O registro talvez mais convincente do entrelaçamento entre sua experiência na cidade natal e o engajamento correspondente na vida pública e na causa abolicionista está dado em seu livro *Minha formação*. No famoso capítulo “Massangana”, que já rendeu inclusive música de Caetano Veloso – conforme veremos adiante – e está gravado o transe de sua volta ao espaço infantil, onde se cristalizaram a sensibilidade e o imaginário do menino criado pelos padrinhos no engenho de cana-de-açúcar que dá nome ao capítulo. Desta feita, o espaço residencial que ele usufruiu se faz também uma marca daquele tempo, bem como sua experiência familiar em que pai e padrinho se limitam e mãe e madrinha se confundem. No entanto, foi a sensibilidade forjada naquele espaço e naquele tempo que sedimentou a mentalidade e os posicionamentos do homem Joaquim Nabuco, tal como ele mesmo assume e confessa nas linhas que descrevem o seu retorno ao engenho, onde privou da convivência de meninos escravos em meio aos quais reinava na condição de um semi-príncipe daquela casa-grande. Saído de lá, após o falecimento de sua madrinha, partia em direção aos pais desconhecidos até os seus oito anos de idade. A orfandade daquele espaço, a um só tempo infantil e perverso, é que o conduz à causa abolicionista de que vai se fazer o mais vivaz defensor, como se vê.

Tornei a visitar doze anos depois a capelinha de São Mateus onde minha madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta *fábrica*, como se chamava o quadro da escravatura...

[...] O trabalho livre tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo. [...] O sacrifício dos pobres negros, que haviam incorporado as suas vidas ao futuro daquela propriedade, não existia mais talvez senão na minha lembrança... Debaixo dos meus pés estava tudo o que restava deles, defronte dos *columbaria* onde dormiam na estreita capela aqueles que eles haviam amado e livremente servido. Sozinho ali, invoquei todas as minhas reminiscências, chamei-os a muitos pelos nomes, aspirei no ar carregado de aromas agrestes, que entretém a vegetação sobre suas covas o sopro que lhe dilatava o coração e lhes inspirava a sua alegria perpétua. Foi assim que o problema moral da escravidão se desenhou pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com sua solução obrigatória. (NABUCO, 2004, p.181)

Embora suas palavras pareçam um tanto adocicadas quando fervidas pelo caldo da memória, o fato é que sua intervenção no plano político é de outra tonalidade, haja vista que o problema da escravidão é tratado como uma causa nacional, que atravessa as mais variadas esferas sociais, que vão da economia à estrutura familiar, da mentalidade escravocrata ao serviço público, da história à emancipação nacional. E é com a mão de escritor que Joaquim Nabuco enfrenta todos os problemas, sem desfigurá-los, sem sofismá-los, sem suprimi-los. Mas a sua mão e a sua voz encontram recursos em instituições que estavam além do Atlântico, a exemplo da *Anti-slavery society* de que foi membro e trouxe para o Brasil na condição de sócio-correspondente e a transformou no seu representante local, expandindo-a em Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Daí advém o fato de que trechos do livro *O abolicionismo* foram escritos e publicados no Brasil, muito embora em sua maior parte tenha sido escrita e publicada no exterior, onde atuava na condição de correspondente de jornais brasileiros e uruguaios, conforme o volume *Joaquim Nabuco: correspondente internacional* (NABUCO, 2013). Essa sua mobilidade é que faz aparecer em seus escritos palavras talvez estranhas ao tacanho ambiente intelectual brasileiro, a exemplo de “proletariado”, “anarquismo”, “força de trabalho” e “Nordeste”. Esta última talvez tenha até sido inventada por ele no sentido que empregamos hoje, para designar outro tipo de expressão social e cultural atrelada à terra que lhe serviu de berço e de paisagem. E embora esta paisagem híbrida tenha lhe rendido muita incompreensão, a exemplo das restrições marioandradinas aos desejos drummondianos de olhar para a França, como se tal olhar o contaminasse de uma moléstia da qual Nabuco era portador, também já se converteu inclusive em problema crítico e

historiográfico enfrentado por João Cezar de Castro Rocha (2010, p. 253-291). Havendo, por suposto, um possível complexo de Nabuco – complexo este que pode se converter inclusive em moeda estilística –, é exatamente na encruzilhada entre o mosteiro de Olinda e o Louvre que se forja a racionalidade expressiva e atuante, que desembocou na abolição da escravatura. Para não perder o fio, transcrevemos trechos do livro *O abolicionismo*.

Apesar de ser São Paulo o baluarte atual da escravidão, em São Paulo e nas províncias do Sul ela não causou tão grandes estragos; é certo que São Paulo empregou grande parte de seu capital na compra de escravos do Norte, mas a lavoura não depende tanto quanto a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais da escravidão para ser reputada solvável. (NABUCO, 2000, p. 109)

Tendo sido este escrito feito no início da década de 1880, Joaquim Nabuco já previa o que viria a acontecer com as províncias do Norte e do Sul que dividiam o país daquela época e sua hipótese para o sucesso de umas em detrimento do fracasso das demais residiria justamente no maior ou menor grau de envolvimento com a escravidão, o que podia ser diferenciado até mesmo entre as províncias do Sul e muito mais entre as províncias do Norte. Não estranha, a partir disso, o sucesso que a província de São Paulo teve, bem como sua capacidade de assimilar a mão de obra oriunda da Itália, da Espanha, da Alemanha e do Japão. A predisposição para o trabalho assalariado fazia com que aquela província se colocasse à frente das demais, segundo sua visão, e, quer reputemos o sucesso de São Paulo a esta razão ou a outra qualquer, o fato é que São Paulo veio a se converter no centro produtor e financeiro do país, o que já tinha sido previsto por ele numa época em que São Paulo era pouco mais do que uma província modesta. E se ele foi capaz de distinguir as potencialidades de província a província, de igual modo é capaz de vaticinar os futuros desígnios do país a partir de seu posicionamento perante a escravidão, como uma atitude política e patriótica. Por isso, sua compreensão de qualquer problema enfrentado haveria necessariamente de ultrapassar a fronteira da nacionalidade, como vemos também quando se volta para a abolição:

Esses princípios cardeais da civilização moderna reduzem a escravidão a um fato brutal que não pode socorrer-se à lei particular do Estado, porque a lei não tem autoridade alguma para sancioná-la. A lei de um país só poderia, em tese, sancionar a escravidão de seus nacionais, não a de estrangeiros.

A lei brasileira não tem moralmente poder para autorizar a escravidão de africanos, que não são súditos do Império. Se o pode fazer com africanos, pode fazê-lo com ingleses, franceses, alemães. Se não o faz com estes, mas somente com aqueles, é porque eles não gozam da proteção de nenhum Estado. Mas, quanto à competência que tem o Brasil para suprimir a liberdade pessoal de pessoas existentes dentro do seu território, essa nunca poderia ir além dos seus próprios nacionais. (NABUCO, 2000, p. 80)

Ora, se o autor é capaz de questionar a legalidade da escravidão, ou melhor, a incapacidade moral de a escravidão se estabelecer nos termos da lei, ele só faz isso porque tem o estofamento familiar e jurídico para fazê-lo, o que nem sempre era conveniente e, às vezes, nem mesmo possível manifestar em terras brasileiras. Ao levantar tal possibilidade e caminhar em cima dela, Joaquim Nabuco ao mesmo tempo em que revela algo de seu lugar social, apresenta-se como sujeito particular que se torna capaz de interferir na ordem do dia, pelo que acreditava, pelo que fazia enquanto sujeito social e pelo que fazia crer enquanto sujeito literário. O fato de ser filho de José Thomaz Nabuco de Araújo foi o que lhe permitiu ter acesso a tais informações e franqueou-lhe um espaço por meio do qual suas declarações teriam ressonâncias e muitas vezes foram acatadas, não sem lutas, não sem derrotas, não sem fracassos. O reconhecimento da influência e da contribuição de seu pai era, contudo, incontestável. A tal ponto que, quando se viu dispensado das escaramuças políticas, recolheu-se à pesquisa e à reflexão, cujo alvo primeiro haveria de ser seu pai biografado em *Um estadista do império*.

A pretexto de circunscrever o raio de alcance do livro *Um estadista do império*, nos deteremos no capítulo “A luta da praia”, em que o abolicionista narra o episódio ocorrido entre 1848 e 1849 e que teve seu pai como juiz e mediador dos conflitos, que ficaram reconhecidos pela historiografia como a “revolução praieira”. E também aqui, quando o seu pai está envolvido nos acontecimentos, sua mentalidade oscila entre algo universal e o particular a que teve de se adequar, para ver a melhor maneira de intervir na realidade que se apresentava a seu redor e que ele assumiu como sua. Impõe-se o registro de que tanto pelo testemunho pessoal quanto pelo tom de suas palavras, o que Joaquim Nabuco disse e fez pela história passou para muitos como sendo a história mesma, o que se deve em parte à coloração de suas palavras, mas sobretudo porque a fatura e a direção de suas atitudes convergem para o sentido de seu discurso, sempre muito claro e eivado de um sentimento anímico, no qual ele se revela e se subtrai em nome de algo maior, que, às vezes, só ele consegue ver. Tal como o faz na exemplar síntese daquele momento revolucionário:

O efeito da revolução de fevereiro em França estava gasto. O país vira a situação liberal de 1844-8 nada realizar do que prometera; não tocar sequer nas leis de 1841, por causa das quais o partido fizera as duas revoluções de Minas e São Paulo. Os chefes liberais tinham caído do poder mortalmente desalentados, descrentes uns dos outros e de si mesmos. Os praieiros só tinham um programa conhecido, de todo o país: a ideia retrógrada da nacionalização do comércio. Essa ideia, se fosse levada a efeito, significava o retrocesso do Brasil ao estado em que se achava antes da abertura dos portos por d. João VI. Além dessa inscrição não tinham nenhuma outra na sua bandeira. [...] Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular. Violento, indiferente a leis e a princípios, incapaz de permitir em seu seio o mínimo desacordo, empregando sempre meios muito mais enérgicos do que as resistências exigiam, embriagando-se dos seus excessos de autoridade; tudo isso é exato do domínio da Praia, e esses são os característicos próprios da democracia. Mas a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo. [...] O partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular. Os chefes deixavam levar-se pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito, em vez de guiá-las e de procurar o modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal-estar elas sentiam sem o saber exprimir. (NABUCO, 1997, p. 111-114)

Não deixa de ser curioso que, no mesmo 1848 em que eclodiu a Revolução Praieira em Recife, estourou uma série de revoluções na Europa dando ensejo ao epíteto de “Primavera dos Povos”, sob a alegação de que aquela seria a primeira ocasião em que as revoluções se estenderiam entre si, como se houvesse a possibilidade de uma grande e única revolução a unir os povos, que, sufocada pelo golpe de Luís Bonaparte, serviu de base para a escrita do *18 Brumário de Luís Bonaparte* por Karl Marx, então um dirigente socialista que veio a publicar o *Manifesto Comunista* naquele mesmo ano. A coincidência faz sugerir que a queda do açúcar e da economia brasileira, repercutida no parlamento, tivesse motivações internacionais. Com a queda do consumo do açúcar no mercado internacional, a monocultura canavieira se viu encurralada e a nossa política também. Cumpre registrar que tudo o que foi dito até hoje sobre a Revolução Praieira, tivesse maior ou menor número de fontes, nunca ultrapassou o limite da glosa desses parágrafos escritos por

Joaquim Nabuco, cujo poder de síntese impressiona a qualquer historiador, seja mais versado na historiografia regional ou na história econômica. A máxima de que a Rua da Praia, de onde eclodiu a revolução, mais se deixou levar do que conduziu a multidão ainda hoje é a síntese que orienta a descrição daquele momento histórico, independente da coloração ideológica do seu narrador.

O mesmo poder de síntese que se verifica na sua descrição da Revolução Praieira é extensivo a vários outros episódios em que seu pai se vira envolvido, tal como descreve na sua biografia. Daí se depreende que a parcialidade da narração dos fatos vividos por seu pai não compromete o escopo do narrador Joaquim Nabuco, quando se volta com minúcia de observação para a descrição do passado oitocentista brasileiro. Valendo a afirmação para seu pai, como poderia deixar de valer para o escravo, de quem, ocasionalmente, fora parceiro de brincadeiras na infância? No caso de Joaquim Nabuco, a afetividade não prejudica a precisão do seu olhar, sempre ratificada pelos seus circunstantes ou pelos colegas de ofício, se quisermos considerar que o literato se estende em historiador, tal como consta na ata de fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) e está consignado por outros imortais, como Oliveira Lima, Barão do Rio Branco e, contemporaneamente, José Murilo de Carvalho e Evaldo Cabral de Mello.

Interessa assinalar que não havia um programa de escrita definido no autor Joaquim Nabuco, senão como uma vontade ferrenha de servir ao país como já estava anunciado naquela sua carta a Machado de Assis, quando ainda era pouco mais do que uma criança. Cumprida sua vontade de servidão à pátria, é necessário frisar que sua intervenção é vária em tamanho, intensidade, assunto e gênero de que se ocupa. Tamanha variedade é o que dá a dimensão do seu perfil, que não ficou restrito a uma especialidade, sendo especialista em vários assuntos e gêneros, sempre atuando com a mão firme e facilmente reconhecível de um escritor, a quem o estilo se constitui como a forja do homem que ele queria ser publicamente e que estava em franco processo de transformação e constituição, como o seu próprio país. Não custa lembrar, que tal envergadura de expressão só foi possível porque soube conjugar extrema erudição ao papel que lhe cabia junto às massas populares.

O perfil que se descola daí é híbrido, não só devido à variedade de gêneros que manipula, mas sobretudo porque nos oferece uma subjetividade vazada de várias temporalidades que se estendem de meados do século XIX até os nossos dias. Aliás, é como rebento tardio de uma família enraizada na açucarocracia pernambucana, que se faz brasileiro radicado no Rio de Janeiro e diplomata a serviço da República. Um perfil tão bifurcado só se nos oferece porque ele não se deixou enquadrar pelas grades de um ofício ou gênero, insurgindo-se em várias formas literárias e tratando com propriedade de vários assuntos, fosse como cronista ou como formador de opinião que

poderia intervir na ordem do dia. A pluralidade de formas exploradas literariamente, no caso, pode vir a ser um símile da personalidade múltipla, de quem, sem se conformar a um gênero ou a um ofício, serviu ao país de várias maneiras, justamente porque era membro de uma classe que permitia tamanho disparate, a aristocracia brasileira oitocentista, não sem peso nem custo.

Feitas as considerações acerca de seu lugar social e de sua intervenção literária no Oitocentos brasileiro, à guisa de uma finalização do texto como uma coda que contrapõe o argumento exposto, gostaria de fazer referência aos desdobramentos do perfil de Joaquim Nabuco nos seus leitores contemporâneos, contrapondo sua recepção entre os historiadores mas sem desconsiderá-la, uma vez que a particularidade histórica de sua intervenção não pode ser facilmente transferida para o nosso tempo, dadas as marcas incontornáveis do século XIX, estejam respaldadas pela monarquia ou pela escravidão, com que o autor esteve às voltas durante toda sua vida. Desbastadas as diferenças que se convertem em limites de compreensão e de representação, social ou literária, convém lembrar que Caetano Veloso lançou o álbum *Noites do Norte* (2000), que veio a vencer o Grammy Latino de Melhor álbum de Música Popular Brasileira. O curioso da constatação é que o nome do álbum é o mesmo de uma faixa, cuja letra foi recortada de um trecho do capítulo “Massagana” do livro de memórias *Minha formação*, já mencionado, mas que ainda merece alguns comentários sob outra perspectiva aqui.

Antes disso, conviria especular algo acerca da repercussão da memória de um autor oitocentista que escreveu quando sequer havia a denominação de Música Popular Brasileira (MPB), justo na obra de um compositor reconhecido internacionalmente como um de seus mais legítimos representantes. Queremos dizer, Joaquim Nabuco jamais poderia imaginar que seu discurso pudesse vir a se converter em música, para o quê decerto o texto não havia sido escrito ou mesmo seu autor sequer tivesse cogitado algo parecido. A musicalização do texto nabuquiano trata-se, por conseguinte, de um registro extemporâneo à compreensão que o autor quis conferir a seu escrito, bem como à sua vontade de representação do país, ou ainda, como ele queria ser visto por seus contemporâneos ou pelos seus pósteros. Encontramos, portanto, aí um registro que se contrapõe à intencionalidade primeira do texto em várias dimensões. Intencionalidade essa que está contradita pela própria materialidade do veículo utilizado pelo compositor contemporâneo, que imprime certa universalidade a um texto que se pretendia restrito à particularidade histórica, cuja referência a princípio não deveria ultrapassar o limite de descrição de acontecimentos idos e vividos.

Agora, sem querer enxergar essencialidades onde não há nem verdades incontornáveis onde não é possível, tentemos acompanhar a

exploração que Caetano Veloso faz de seu texto, considerando que tanto a matriz discursiva quanto o seu correspondente musical apontam para uma compreensão do espaço geográfico brasileiro em temporalidades distintas. Até porque o Norte apontado por Joaquim Nabuco é Nordeste quando Caetano Veloso o canta. As “noites do norte” referidas foram aquelas vividas pelo abolicionista no engenho de cana-de-açúcar de Pernambuco quando ainda era uma criança. Tempo que é rememorado pelo adulto que pretende dar balanço na sua vida política, diplomática e literária, pelo que vivenciou ao longo do século XIX, como se vê no trecho que se converteu em música, abaixo.

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas *noites do norte*. (NABUCO, 2004, p.176, grifo do autor)

Sendo insofismavelmente um texto de Joaquim Nabuco, Caetano Veloso imprime tamanha veracidade vocal quando de sua elocução que dá a impressão de ser a letra de autoria do compositor baiano, e não do orador pernambucano. Ocorre que a locução adjetiva que nomeia o álbum foi retirada deste trecho – conforme o grifo indica –, que encerra uma descrição simbólica do Brasil oitocentista imperial e escravocrata, a partir do qual o músico elabora uma melodia que, mais do que a roupagem do texto, vem a ser a própria constituição física da canção, se concebido o texto como letra de música, sem a qual não compreenderemos a música como um todo, constituído de letra e melodia. Sendo, portanto, uma composição sobreposta a um texto remoto, conviria tentar depurar algo do significado expresso na letra grafada, para vislumbrar uma compreensão possível de sua utilização por um compositor de Música Popular Brasileira na virada do século XX. De mais a mais, o compositor quase sexagenário que homenageia o centenário do livro *Minha formação*, publicado inicialmente em 1900, não é mais exatamente o “doce bárbaro” que assumiu a proa do movimento tropicalista. Se os trinta anos que separam aquele movimento de sua celebração em *Verdade tropical* (1997) oferecem outra visão do compositor que se transformou durante este espaço de tempo, muito maior haverá de ser a mudança processada no texto

de Joaquim Nabuco ao longo dos cem anos que separam sua publicação original de sua incorporação à melodia criada por Caetano Veloso.

A primeira mudança operada na recepção do texto nabuquiano é tributária da visada que se instaura com o movimento modernista, que quis imprimir um tom conservador à sua compreensão, justo por não ser nacionalista o suficiente e virar alvo de acusação marioandradina de ser cosmopolita por demais. Com o passar do tempo e o amadurecimento do ideário tropicalista, parecia necessário buscar matrizes históricas e culturais, que navegassem com desenvoltura na ambivalência de ser cosmopolita sem deixar de ser brasileiro, para a qual o perfil de Joaquim Nabuco cai como uma luva. Nem tanto por trazer consigo a ambiguidade inerente a seu perfil de escritor oitocentista, mas muito mais por aprofundá-lo em motivações históricas enraizadas simbolicamente nos escritos de quem interveio concretamente na vida política e social de seu tempo, cujos desdobramentos se arrastam até nossos dias, o que fica evidente por ocasião de sua leitura em qualquer tempo, em qualquer espaço.

Do texto de Joaquim Nabuco propriamente, é preciso referir que carrega uma reivindicação resignada diante da impotência de lidar com a escravidão, mesmo após a emancipação dos escravos que repercutiu nos seus dias de memorialista e diplomata. Sendo a primeira publicação do livro *Minha Formação* de 1900, portanto, 12 (doze) anos após a abolição da escravatura, a maturação do problema na pena do escritor demorou mais do que a ressaca da Abolição da escravatura. A década que separa o evento histórico do escrito não levou o abolicionista da primeira hora a acreditar que sua tarefa estivesse finda ou, ao menos, bem realizada, não por falhas ou idiossincrasias suas, e sim pela interferência inarredável do seu meio. Pois era mais do que sabido por ele, que não bastava formalizar a libertação, embora fosse condição necessária para a emancipação do país como um todo, mas ainda assim insuficiente. Não por acaso, Joaquim Nabuco foi quem melhor repetiu que muito mais do que acabar com a escravidão, era necessário acabar com a obra que a escravidão criara e que ele sabia enraizada no meio social brasileiro e na mentalidade da sua gente. Daí advém o raciocínio segundo o qual o senhor nunca ultrapassaria o limite de ser também um escravo a quem faltava outro senhor a lhe ditar ordens, ao passo que em cada escravo também não deixaria de figurar um senhor a quem faltava outro escravo a lhe servir passivamente. Com isso, o autor escancararia o problema como sendo muito extensivo ao limite da diferença de classes, uma vez que já estava sedimentado nos hábitos, nos costumes, no pensamento e internalizado a todo modo de vida que vigorou durante quatro séculos na vida brasileira.

Consoante o adágio de que quatro séculos não são quatro dias, era de se presumir que a escravidão permanecesse ainda por muito tempo como uma

característica nacional, não mais na vida trabalhista – de onde tinha sido erradicada –, mas no simbolismo cavado e plantado durante gerações seguidas no chão brasileiro. Daí a suavidade das nossas vastas solidões, como se fora uma religião viva com sua liturgia e sua representação própria; também daí uma inexplicável sedução pelos encantamentos, com lendas próprias e mitos singulares; donde uma infantilidade compulsiva e imperiosa nas relações, sem a qual não é possível vínculos, senão através da afetividade; daí também as tristezas sem explicações, os silêncios dispersivos e as lágrimas sem amargura, as alegrias sem causa e as felicidades sem dia seguinte. Toda a lista enumerada vem a ser sintoma da escravidão ou, conforme suas palavras, “É o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte”. Não custa repetir que “as noites do norte” referidas são noites pernambucanas, terra natal do autor, onde mais e melhor se sedimentou a civilização do açúcar, embora não lhe fosse exclusiva, haja vista a existência de fortificações edificadas de casa-grande e senzala por toda a extensão territorial americana, não redutível a Pernambuco. Para ficar em dois contra-exemplos brasileiros, basta lembrar da atual concentração de engenhos produtores de cachaça em Minas Gerais ou da indústria sucroalcooleira no Oeste paulista, notadamente nas proximidades de Ribeirão Preto. O registro a ser evidenciado pelo texto referido é que Joaquim Nabuco quis consignar àquele modo de vida sedimentado pela açucarocracia escravocrata muito do que veio a ser constituído como uma possível característica nacional.

Certamente tal intento não passou despercebido por Caetano Veloso, que, bem a seu modo, gostaria de visualizar ali algum traço distintivo da brasilidade desejada, da qual vinha se empenhando desde quando se quis o principal paladino da Tropicália. A despeito dos fartos bigodes, do fraque e da cartola com que Joaquim Nabuco se deixava ver nas suas aparições públicas, soa um tanto curioso que tenha se convertido em ícone tropical, uma vez que sua imagem de homem público não diferia muito da de seus contemporâneos, fosse um Rui Barbosa, um Coelho Neto ou mesmo um Olavo Bilac. Todos estes autores que viveram a virada do século foram sistematicamente detratados pelos modernistas durante várias gerações e em suas várias agremiações, o que não aconteceu na mesma intensidade e efetividade com Joaquim Nabuco – apesar de uma farpa aqui e outra acolá, como a de Mário de Andrade já referida –, talvez pelo desenho justo de sua figura oscilante entre os dois lados do atlântico, menos diletante do que telúrica, mais de pernambucano do que de gaulês, embora o autor nunca tenha deixado de falar e escrever em francês ou inglês. Idiomas nos quais produziu algumas peças ainda à espera de tradução e que se não serviram para comprometer o seu sotaque, ora fluminense ora pernambucano, sem dúvida servirão para expandir o seu perfil de escritor para os leitores futuros,

que quiserem desentranhar o seu estilo de sua sintaxe ou do seu léxico, cosmopolitas até o limite do possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Ricardo Souza de. Os Lusíadas de Joaquim Nabuco e Oliveira Martins. In: PETROV, Petar et al. (Orgs.). *Avanços em Comparatismo nas Lusofonias*. Santiago de Compostela-Faro: AIL; Atraves Editora, 2012, p. 91-101.

CORREIA, Éverton Barbosa. Reedições de Nabuco pelos seus prefácios. In: *Teresa*, USP, v. 14, 2014, p. 165-175.

FREYRE, Gilberto. *Dona Sinhá e o filho do padre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. *Outro amor de Dr. Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. *Minha formação*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

_____. *Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Joaquim Nabuco: correspondente internacional*. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: ABL, 2013.

ASSIS, Machado de; NABUCO, Joaquim. *Correspondência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ROCHA, João Cezar de Castro. Joaquim Nabuco: um intelectual entre culturas. In: ALBUQUERQUE, Severino (Org.). *Conferências sobre Joaquim Nabuco: Joaquim Nabuco e Wisconsin*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2010, p. 253-291.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Noites do Norte* (CD). Universal: São Paulo, 2000.

Data de recebimento: 30 de dez. de 2016

Data de aprovação: 30 de abr. de 2017